



# Anais da Assembléia

Nº 107

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1983 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Ivan Gubert.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação a ata que acaba de ser lida. — aprovada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. IVAN GUBERT — Pela ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.  
(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)  
Vinte e sete Srs. Deputados responderam a chamada.  
Há "quorum" para prosseguimento da sessão. Em votação a ata. — Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

Requerimento:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do

Médico e Professor da Universidade Federal do Paraná, Doutor Oswaldo Pereira de Macedo, ocorrido dia 26 de setembro próximo passado em nossa Capital.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja oficiado à família do pranteado.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em nome da Bancada do Partido Democrático Social, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER um voto de profundo pesar pelo passamento, ocorrido em nossa Capital, do jornalista Jorge de Castro.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, através da Assessoria de Relações Públicas do BANESTADO - Santa Cândida.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar, pelo passamento da Senhora AMÉLIA PELLIZZETTI, mãe do nosso companheiro, suplente de Deputado Antônio Pellizzetti, pertencente ao quadro político do Sudoeste do Paraná.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ignácio Romitti, esposa Gertudes Casanova Romitti e da filha Zélia Maria Romitti de seis anos apenas, ocorrido em Turvo, vítima de bárbaro e revoltante crime perpetrado por desconhecidos até o momento.

O fato veio consternar a população regional, onde a família gozava de grande estima.

Outrossim, requer, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento no dia de ontem, aos 39 anos de idade, em Curitiba, do Senhor Jorge de Castro, Deixa viúva a Senhora Giselda Lambert de Castro e três filhos, André, Patrícia e Rodrigo.

O extinto era pessoa muito estimada em Curitiba, onde exerceu atividades jornalísticas e atualmente integrava a

Assessoria de Relações Públicas do Conglomerado  
BANESTADO.

Requeiro, ainda, seja cientificada da decisão desta  
Casa a família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas  
atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja  
consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo  
pesar pelo falecimento do Doutor Heitor Fiuza, ocorrido na  
cidade de Guarapuava.

O acontecimento veio enlutar a classe dos advogados  
e a operosa população da região de Oeste do Estado onde  
o dinâmico cidadão, excelente pai de família e dedicado  
integrante da comunidade evangélica atuou com invulgar  
brilhanismo.

Outrossim requer, aprovado este requerimento,  
dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada e à Igreja  
Presbiteriana de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas  
atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a  
aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do  
Dr. GILSON CARLOS FERREIRA MARTINS, ocorrido às  
17:30 horas do dia 26 passado, em trágico acidente  
automobilístico.

Dr. Gilson era pessoa bastante bem conceituada na região  
do Município de Faxinal, onde exercia suas atividades  
profissionais como Médico Veterinário da Unidade Veterinária,  
órgão da Secretaria de Estado da Agricultura.

Pessoa de senso social, exerceu atividades como diretor  
da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, e do seu  
Núcleo Regional em Ivaiporã.

Requer ainda que, do presente requerimento, se dê  
ciência a seus familiares.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de  
Inquérito, sobre a "Falência Municipalista", tenho a honra de  
vir através deste à presença de Vossa Excelência, a fim de  
solicitar-lhe a suspensão da sessão ordinária desta auspícia  
Casa de Leis, no próximo dia 13 de outubro do ano em  
curso.

Tal solicitação prende-se ao fato, de que estaremos  
concluindo e encerrando os trabalhos desta Comissão  
Parlamentar de Inquérito, quando na oportunidade teremos  
a satisfação e o enorme prazer de recebermos a honrosa  
presença dos Deputados Federais Dirceu Carneiro, ex-Prefeito  
de Lajes - SC, e João Herrmann Neto, ex-Prefeito de Piracicaba,  
São Paulo, quando serão ouvidos e posteriormente seguir-se-á  
um debate sobre experiências de administrações comunitárias.

Aproveitamos o ensejo, externamos os nossos  
protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

APOIAMENTO: Nilso Sguarezzi e Luiz Alberto Oliveira  
Líder PMDB Líder PDS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas  
atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário,  
que seja consignada na ata dos trabalhos da sessão de hoje,  
votos de congratulações, à Associação Profissional dos  
Contabilistas e Delegacia Regional de Contabilidade,  
com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor  
Presidente e ao Excelentíssimo Senhor Delegado, ambas em  
Campo Mourão.

Realizou-se recentemente, numa promoção do Conselho  
Regional de Contabilidade do Paraná, um encontro a nível  
estadual, com o objetivo de discutir assuntos referentes aos  
interesses daquele segmento, principalmente no tocante  
ao cumprimento das tabelas de honorários e à  
própria ética profissional. Tal reunião foi também, na verdade,  
dada uma demonstração evidente da preocupação que vem  
tendo a classe contadora, que constitui o maior órgão de  
profissionais liberais do Brasil, no sentido de através dos  
diversos temas, apresentar propostas capazes de servirem para  
a solução da grave crise econômica por que passa a Nação  
brasileira.

Sem dúvida alguma, fica comprovada em mais aquele  
acontecimento, a disposição da classe contábil que a mesma  
não está pura e simplesmente atrelada aos seus escritórios,  
e sim ao próprio processo de transformação que é exigida  
por toda a sociedade, no âmbito econômico, social e político.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-  
ções regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja  
consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de  
louvor e congratulações ao Acadêmico Prof. Nelson  
Saldanha d'Oliveira pela publicação da 2ª edição,  
ampliada de sua obra "CIDADE DE CURITIBA".

No opúsculo de autoria do consagrado homem de  
letras, em rápidas: pinceladas, e com muita poesia, o autor  
narra os principais fatos da História de Curitiba e faz menção  
aos vultos ilustres homenageados em suas praças, logradouros,  
teatros etc..

São iniciativas dessa natureza, singelas mas demonstradoras  
do grande coração de quem as realiza, que merecem o nosso  
aplauso por preservarem e reverenciarem a memória cultural de  
nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas  
atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER,  
pedido de informações ao DETRAN, através a Secretaria de  
Estado da Segurança Pública, a respeito das denúncias de que  
50 (cinquenta) carteiras frias de motoristas, foram  
apreendidas nesta semana, no vizinho Estado de São Paulo.

Expedidas em Ibaí, e segundo consta, estavam sendo  
vendidas a Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) cada.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas  
atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário,  
sejam solicitadas as seguintes informações à Professora Gilda

Polli da Rocha Loures, DD, secretária da Educação do Estado do Paraná:

1. Existe convênio firmado pelo governo do Estado e o colégio São Vicente Palotti para que este último utilize as instalações da escola Estadual "Professor Júlio Teodorico", em Ponta Grossa?

2. O colégio São Vicente Palotti reembolsa o governo do Paraná pelas despesas relativas ao consumo de energia elétrica e água?

3. O governo do Paraná cobra da referida instituição particular aluguel pelo uso de onze salas de aula durante o período noturno? Qual o valor desse aluguel?

4. O governo do Estado tem cobrado da referida instituição indenização pelos danos ocasionados pelos alunos da mesma no imóvel e móveis que guarnecem as salas de aula?

5. Até o dia 30 de março do corrente ano, quais as pessoas que retiraram material escolar na Fundepar, destinado à escola Estadual "Professor Júlio Teodorico"?

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) Edmar Luiz Costa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado, no sentido de que seja determinado estudo com o intuito de analisar a viabilidade de se enviar recursos financeiros para a recuperação de estradas, pontes e bueiros, no município de Araruna.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Osvaldo Valarini, chefe do Executivo municipal, o qual salienta a urgência de se liberar verbas, no sentido de reestruturar as diversas estradas, que são sem dúvida alguma, de fundamental importância.

Neste sentido, Araruna necessita:

1. Estrada via Cianorte:
  - Dois bueiros e uma ponte;
2. Estrada Araruna-Taquarimbé:
  - Dois bueiros;
3. Estrada Araruna-Boadeira:
  - Duas pontes.

É necessário, pelas razões expostas que a normalização destas estradas sejam asseguradas, a fim de permitir o fluxo de veículos, dada a importância destas vias.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) Rubens Bueno.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, no sentido de, através de recursos financeiros, auxiliar a aquisição de telhas de barro e chapas de fibrocimento, bem como outros materiais, para o município de Campo Mourão.

Há poucos dias, a cidade de Campo Mourão foi surpreendida pela precipitação de granizo, a qual fez com que, em decorrência disto, acontecessem inúmeros estragos, tanto em residências como nos estabelecimentos de atividades comerciais. Tal situação, inclusive, levou a Prefeitura Municipal,

Lions Clube e a Legião Brasileira de Assistência, a desenvolverem uma ampla campanha visando arrecadar dinheiro e material, novo ou usado, para ajudar as famílias mais carentes em especial, que se encontram impossibilitadas de realizar qualquer tipo de providência.

Pelas razões expostas, faz-se necessário que medidas sejam tomadas urgentemente no sentido de permitir a eliminação daquela problemática.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) Rubens Bueno.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a excelentíssima senhora Gilda Polli Rocha Loures, DD, secretária de Estado da Educação, no sentido de que autorize com a máxima urgência, a "compra de vagas" das escolas, bem como o pagamento aos municípios do percentual devido, ou seja, 50 por cento relativo aos vencimentos dos professores municipais à disposição do Estado.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) Gilberto Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário chefe da Casa Civil do Governo do Estado, doutor OTTO BRACARENSE COSTA, solicitando a inclusão da Secep — Secretaria das Casas de Estudantes do Paraná, no Orçamento dessa Casa Civil, com dotação no valor de 66 milhões de cruzeiros, para pagamento das despesas de todas as casas de estudantes do Paraná, com água e luz em 1984, conforme previsões da Sanepar e Copel em documentação anexa ao presente.

Requer ainda que, do presente requerimento, dê-se ciência à Secretaria da Educação.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) Orlando Pessuti.

#### JUSTIFICATIVA:

A importância de se manter as Casas de Estudantes em pleno funcionamento é do conhecimento dos senhores, conforme justificativas inseridas em requerimentos anteriores, aprovados por esta Casa de Leis, formalizando solicitações semelhante a do presente.

No entanto, as despesas das Casas de Estudantes com água e luz em 1984 não se acham previstas nas solicitações dos dois requerimentos anteriores. No primeiro deles, solicitamos a inclusão dessas Casas na Proposta de Orçamento Geral do Estado, para os pagamentos das despesas com a alimentação, pessoal e materiais de limpeza em 1984.

No segundo, solicitamos a inclusão das referidas Casas na suplementação orçamentária da Secretaria da Educação, neste ano, para o pagamento imediato das despesas atrasadas com água, luz, pessoal e alimentação, deste e de anos anteriores.

No presente requerimento, nós estamos solicitando a inclusão das Casas de Estudantes no Orçamento da Casa Civil em 1984, para o pagamento das

despesas com água e luz no próximo ano. Isso porque, como já dissemos, essas despesas não se acham incluídas em qualquer previsão ou suplementação orçamentárias do Estado.

Por outro lado, em anos anteriores, as dívidas com as concessionárias Sanepar e Copel foram saldadas com repasses da própria Casa Civil. Isso porém, sempre foi motivo de atribuições e dificuldades para ambas as partes, justamente por falta de inclusão do seu Orçamento.

Conforme documentação da Sanepar e Copel em anexo, as previsões das referidas despesas, de todas as Casas de Estudantes do Paraná, chega a 66 milhões. Essas Casas, em número de nove, são filiadas à Secep.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de aplauso ao governador José Richa e ao subchefe de Comunicação, Social, Ênio Malheiros, pela assinatura do acordo salarial com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.  
(a) Fiori Luiz.

Apoioamento:

Acir Mezzadri, Paulo Furiatti, Roberto Requião e Nilso Sguarezi

Projeto de Lei:

Projeto de Lei nº 151/83  
A Assembléia Legislativa do Estado  
DECERTA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaiporã — Apae, com sede e foro no município de Ivaiporã.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.  
(a) Orlando Pessuti.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de pais e amigos dos excepcionais de Ivaiporã (Apae), sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, preenche todos os requisitos necessários determinados pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, suficientes para sua declaração de utilidade pública.

Tem promovido o bem-estar e o ajustamento geral dos excepcionais e estimulado os estudos e pesquisas relativos aos problemas dessas pessoas, visando a servir desinteressadamente, e de forma exclusiva, à coletividade.

Desde sua fundação, em 20 de janeiro de 1983, vem atendendo aos anseios da comunidade ivaiporãense, que hoje se alegra pela grande contribuição social prestada, de caráter geral e indiscriminado, que caracteriza sua feição filantrópica.

A documentação, que segue em anexo, comprova a existência dos requisitos essenciais e exigidos pela Lei nº 6.994 para que a Apae possa ser declarada de utilidade pública, o que submetemos à avaliação dos excelentes senhores deputados

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda

a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Ivan Gubert, inscrito.

O SR. IVAN GUBERT — Senhor presidente, senhores deputados.

Venho hoje a esta tribuna, para trazer ao conhecimento desta Casa, fato ocorrido na semana que passou, que, sem dúvida, deixa este Legislativo em situação bastante incômoda.

Para que se entenda o fato, porém, devemos nos remontar ao final do semestre que passou, quando ainda era discutida, nesta Casa, a famosa reforma administrativa, e falava-se na disposição de funcionários do Executivo, que, diga-se de passagem, ainda até hoje não os tem, e tivemos uma reunião da bancada do PDS, com o senhor presidente desta Casa, deputado Trajano Bastos.

Nesta reunião, foi proposto pelo senhor presidente, que, para sanar o problema funcional imediato e até que se implantasse a pretendida reforma administrativa com os novos cargos, cada deputado tivesse à sua disposição, fora o funcionário estatutário, mais um funcionário celetista.

Após diversas ponderações, levantei sobre a possibilidade do requisitado por um deputado do PDS, ser perseguido por problemas políticos, ou caso não fosse dispensado na solicitação, ficasse marcado, e fosse dispensado quando do seu retorno em junho de 84.

O senhor presidente de pronto informou que isso não ocorreria, e que, após a solicitação, o funcionário estaria protegido. Para definir, em nova reunião de bancada, foi discutida a proposta e aprovada. O deputado Jorge Maia Filho, vice-líder, designado para a reunião com a liderança do PMDB, onde seria dada a resposta, fez ao líder Nilso Sguarezi a mesma ponderação, ou seja, que não aconteceriam perseguições, e que o funcionário ficaria resguardado.

Ainda preocupado, antes de fazer o expediente de solicitação, conversei com o deputado Trajano, dizendo sobre quem iria requisitar, pois se tratava de advogado que militou muitos anos em Guarapuava, e ele conhecia seu passado e sua capacidade.

O presidente, inclusive, afiançou que iria lutar para auxiliar-me na consecução do meu objetivo, afirmando-me que, se houvesse algum óbice, este seria em função do salário mas, nunca por problema partidário ou perseguição política.

Pois bem, senhores deputados.

Requisei o funcionário Maurício Júlio Farah, advogado da Casa Civil. E sabem o que aconteceu? Mal chegou lá o ofício do presidente desta Casa, e ele foi dispensado, pois no corpo do expediente dizia que o requerente era eu. Apelei de imediato ao presidente Trajano e ao líder da Maioria nesta Casa, deputado Nilso Sguarezi, que prontamente se interessaram e tentaram solucionar o problema criado, mas nada conseguiram.

Ao líder Nilso Sguarezi foi dito tratar-se de um problema de remanejamento e melhor aproveitamento dos novos funcionários que estavam entrando. O que é estranho, porém, senhores deputados é que na sexta-feira anterior, dia 16, o deputado Artagão Mattos Leão, amigo pessoal do advogado Maurício Farah, ouviu de elemento ligado à chefia da Casa Civil, elogios quanto à capacidade profissional e disposição de trabalho, de vez que ele teria dado centenas de excelentes pareceres, e era elemento indispensável às atividades da área técnica da Casa Civil.

Ao presidente deste Poder foi dito que nada mais poderia ser feito; o advogado Maurício Farah, era, mesmo sendo indispensável, capaz e trabalhador, mais um dos dispensados do governo José Richa. Havia sido quebrado o acordo entre Executivo e Legislativo.

Fica, senhores deputados, a grande pergunta:

"Se não foi por falta de capacidade profissional, foi, então, por quê?"

Eu mesmo respondo:

"Perseguição política", é o que é pior, com uma agravante: o de ter sido desrespeitada a palavra dada a dois representantes do povo, ao líder do PMDB e ao presidente do Poder Legislativo, desrespeitando-se, como consequência, a toda esta Casa, e a todos os senhores deputados.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, senhor deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Aproxima-se rapidamente, o momento em que o Congresso Nacional será chamado a pronunciar-se sobre a política econômica do regime, quando da votação do Decreto 2045.

Movido pelos ditames do Fundo Monetário Internacional, e totalmente desvinculado dos interesses populares e sociais, tenta o governo passar a idéia de que a inflação, ao invés de ser fruto da política econômica incorreta e entreguista, é propagada sim, pela correção salarial tendo como base o INPC integral.

A própria Confederação Nacional da Indústria pronuncia-se contrariamente ao decreto salarial, fazendo a seguinte análise:

"É duvidoso que o novo sistema de reajuste salarial, evite o agravamento do desemprego e contribua para combater a inflação, pois, embora haja alguma redução nos custos, esta parcela não é tão expressiva quanto às correspondentes insumos e custos financeiros; também, de forma imediata haverá uma expressiva retração de consumo, que fatalmente aumentará os índices de capacidade ociosa, já bem elevados."

Estes, senhores deputados é o depoimento daqueles que, virtualmente seriam os principais interessados e beneficiários destas medidas, ou seja, o empresariado industrial.

Segundo os estudos e dados fornecidos pelo

Ipardes, fica claro, que novamente o governo tenta resolver os problemas de caixa de suas empresas, através de medidas que acabam atingindo toda a empresa nacional, a classe trabalhadora e os assalariados em geral.

No Paraná, a participação dos salários, nos custos das empresas, é estimado pelo Badep e pelo Ipardes, em apenas 21,3 por cento, usando-se o ano base de 1982, o que prova que estas medidas não se justificam, pois seus efeitos sobre os custos serão mínimos, e seus nocivos efeitos sociais, elevadíssimos.

Os índices médios dos últimos reajustes salariais demonstram que os salários cresceram a níveis inferiores que a própria inflação real, de forma que, mesmo que os salários contivessem peso inflacionário, este seria mínimo, pois os salários reais vêm sendo diminuídos ao longo dos anos. Isto porque, já antes do último decreto, os salários já haviam sido atingidos por mudanças na metodologia de cálculo do INPC.

Para o agravamento deste quadro, o general Figueiredo assinou decreto estipulando em 0 por cento o novo índice de produtividade, impedindo qualquer aumento salarial acima de 80 por cento do INPC, descaracterizando a livre negociação e impedindo a ação dos sindicatos, que tem por lei, a função de negociar os salários. É necessário frisar-se, que esta medida é tecnicamente incorreta, pois apesar da economia estar crescendo menos, a produtividade tem aumentado, pois o quadro de pessoal das empresas tem decrescido, sobrecarregando os trabalhadores que permanecem.

Tudo isto, nos leva a relembrar e apoiar, o plano contido no projeto emergência referente à questão salarial e política de empregos, de autoria do ex-senador Teotônio Vilela, que propõe:

1. Uma lei salarial justa que garanta agora os reajustes semestrais e propicie um processo firme de redistribuição de renda, começando pelo estabelecimento de um salário-mínimo que dê condições de vida digna aos trabalhadores e sua família.

2. A imediata revogação das medidas recessivas, mediante uma política de investimentos planejada em função de duas prioridades: o mercado interno (efetivo e potencial) e o emprego de toda força de trabalho disponível. Isto se faria pela imediata criação de frentes de trabalho através de investimentos em infra-estrutura e obras públicas a nível municipal, estadual e federal; ajudas efetiva à pequena e média empresa nacional; efetiva aplicação do Estatuto da Terra, desapropriando o latifúndio improdutivo - o que poderia propiciar trabalho para mais de 6 milhões de famílias - ou cerca de 30 milhões de pessoas.

Senhor presidente, senhores deputados.

Está assim, nas mãos do Congresso Nacional, a definição de uma importante etapa na vida da Nação brasileira.

Nós, como parlamentares diretamente eleitos por nosso povo, e só a ele devendo explicações, manifestamos nossa firme convicção, de que nossos colegas deputados federais e senadores, saberão dar uma demonstração de dignidade e coerência com

seus ideais e suas tradições, fortalecendo aquela Casa, como legítima representante da vontade nacional, rejeitando por larga margem o Decreto-lei 2045.

Mas, se assim não acontecer, e, este decreto vier a ser aprovado pelo famigerado Decurso de Prazo, então o que acontecerá neste País, poderá sair de nosso controle.

A repercussão já se torna previsível, qual seja, uma grande explosão da insatisfação popular.

Os caminhos estão claros. A única forma de retomarmos o crescimento nacional, é com a recuperação de nossa soberania, através do rompimento com o Fundo Monetário Internacional a declaração da moratória e o reestabelecimento das instituições democráticas, notadamente pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, senhor deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Senhor presidente, senhores deputados.

No próximo mês de novembro, o PMDB estará elegendo o seu diretório regional. Será mais uma manifestação do nosso partido, mais uma manifestação democrática. E gostaríamos de nesta oportunidade, conclamar todos os companheiros do PMDB, para que se possível, ocorra a apresentação de uma chapa única, uma chapa de consenso, se for possível, evidentemente. E que os cargos sejam distribuídos de maneira equitativa e de que o nosso partido mantenha uma posição firme de manter a sua palavra de manter a sua escrita com os preceitos democráticos.

Sempre pregamos que um partido político deve ser formado de baixo para cima. Deve ser formado partindo das bases e achamos que isto é uma política correta. E, gostaríamos de propor então, que na formação da chapa única, se ocorrer, não se esqueçam do Interior, não se esqueçam das bases, não se esqueçam dos vereadores, pois foram eles que mais trabalharam de casa em casa, de água em água, de ribeirão em ribeirão, pedindo os votos para a grande vitória do PMDB.

Temos 17 microrregiões, sabemos que 17 prefeitos participarão do Diretório Regional do PMDB. Medida justa, medida correta. Contudo, eu não vi, a convocação de 17 vereadores das 17 microrregiões. E nós, deputados, o senhor governador, o senhor vice-governador, o senador, os senhores deputados federais sabem, que os vereadores foram de casa em casa pedindo votinho para nós. Eles foram os mais sacrificados.

Então, nós precisamos deixar no futuro diretório do PMDB, 17 vagas para 17 vereadores, seria uma homenagem justa que o nosso partido faria à base, àquele que representa, efetivamente, a base política. Aquele que representa, efetivamente, as aspirações do povo de nossa terra.

Vamos, inclusive, e estamos apoiando a iniciativa proposta pelo presidente do Diretório do PMDB de Maringá, vereador Tércio Hilário de Oliveira,

e inicia-se no Paraná, nesse instante, um movimento de vereadores do Interior e da Capital, também, pedindo a participação no diretório Regional do PMDB.

Alguém poderia dizer que o vereador participa, mas é no diretório Municipal. Nós não concordamos, absolutamente, se fosse assim, o deputado Federal participaria de onde, do Diretório Nacional e caberia ao Deputado Estadual, somente a ele, participar do Diretório Regional. Mas não é assim, vemos a grande oportunidade do nosso partido PMDB, colocar em prática aquilo que sempre pregou, aquilo que nós pregamos inclusive na recém-finda, campanha política.

Vamos dar espaço àqueles que estão surgindo vamos dar espaço ao vereador Municipal, que Curitiba se faça representar, que a microrregião nove se faça representar, que a microrregião oito se faça representar, que todo o Estado do Paraná, através do vereador, faça-se representar do futuro Diretório Regional do PMDB.

E, agindo desta forma, estaremos dando um exemplo claro, um exemplo cristalino de que nós colocamos efetivamente em prática aquilo que nós pregamos. E cabe especialmente ao deputado e conclamo a cada um dos companheiros deputados para que convoquem os vereadores e participem dessa luta, para que convoquem os vereadores da Capital e do Interior para que eles integrem no futuro diretório regional do PMDB. Só assim estaremos unidos, só assim seremos unidos, só assim seremos realmente fortes e daremos mais uma lição de democracia ao Estado do Paraná e quiçá a todo o Brasil.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos). Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - senhor presidente, senhores deputados.

Conforme solicitação dos profissionais da imprensa do Paraná, estou encaminhando um requerimento ao Excelentíssimo senhor Governador do Estado com o seguinte teor: (Lê): "Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo senhor Governador José Richa, pedido de informação solicitando resposta aos seguintes quesitos:

1) - qual a disponibilidade orçamentária de recursos destinados à comunicação social dos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado, no período compreendido entre 15 de março a 30 de setembro de 1983;

2) - Discriminar as verbas repassadas para agências de propaganda, pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado, com especificação das campanhas por elas executadas e definição dos recursos repassados aos diversos órgãos da comunicação;

3) - Discriminação da totalidade das verbas repassadas pelo Governo do Estado, através da chefia de Comunicação Social da Casa Civil, e órgãos da Administração Direta e Indireta, com discriminação dos valores pagos

a cada órgão de comunicação social até o dia 30 de setembro do corrente ano. O presente pedido prende-se a solicitação feitas a este deputado por profissionais da imprensa credenciados junto a este poder e tem como principal escopo dissipar quaisquer dúvidas estas que não podem persistir em uma administração como a nossa, onde a transparência atos administrativos, muito mais que uma mera promessa eleitoral é um objetivo do Governo.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983.

(a) Roberto Requião.

Apoio: Tuguio Setogutte."

No sentido ainda das reivindicações dos jornalistas profissionais, o Governador José Richa tomou algumas medidas que irão pesar fortemente na balança da negociação entre os profissionais e os seus patrões, medidas essas que serão analisadas desta tribuna pelo deputado Fiori Luiz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, senhor deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - senhor presidente, e senhores deputados,

Retorno hoje à tribuna da Assembléia para abordar novamente o problema que vem atingindo a toda a vida cultural do Estado do Paraná. Nesta oportunidade, para tornar pública a manifestação dos Deputados da Bancada do PMDB que hoje enviam ao senhor Fernando Ghignone, secretário de Cultura e Esportes do Estado, a correspondência abordando novamente a exclusão da teatralógica Nidz J. de Araujo Moreira, ocorrida ainda no Governo anterior, da Comissão Estadual de Artes Cênicas.

Passo a ler o expediente: Em maio de 82 a Comissão Estadual de Artes Cênicas CEAC, órgão de assessoria da Seac, exclui da sua composição a representante titular da Federação Independente do Teatro Amador do Paraná - FITAP. Esse ato consumou-se de forma irregular e precipitada em reunião de cuja agenda tal assunto não constava e da qual a FITAP não participou por impossibilidade de comparecer.

O pretexto desta exclusão foi um artigo capcioso e subjetivista através do qual se pretendeu imputar a Nidz J. de Araujo Moreira atitude incompatível com a dignidade da função, e cuja justificativa era um documento do movimento de teatro amador, que denunciava as diretrizes antidemocráticas e reacionárias da política cultural do então Secretário da Cultura e Esporte.

Tal decisão caracterizou-se flagrantemente como um ato de censura ao Teatro Amador Paranaense e confirmou o autoritarismo e absoluta parcialidade que aquele documento denunciava, na medida em que pretendeu a punição e o silenciamento do movimento de teatro amador, ao afastar da Seac uma de suas mais legítimas representantes e tentar abalar a sua liderança. O endosso das entidades membros da Seac, nas circunstâncias em que se deu injustiça frente a uma das mais expressivas figuras e batalhadoras da cultura paranaense, além de consumir o arbítrio contra o Teatro Amador de cujo trabalho

depende efetivação da identidade cultural do nosso Estado.

Senhor presidente senhores e senhores deputados, nós, da Bancada do PMDB, vimos solicitar de Vossa Excelência, no momento que lutamos todos para implantar as mudanças de novo tempo a revisão processo de exclusão da representante da FITAP em 82 e a reparação do arbítrio a confiança dos remanescentes da política cultural que se findou e suas pretensões de manter esquemas tendenciosos e antidemocráticos além de restaurar finalmente "Justiça é verdade."

Esta providência que a Bancada do PMDB, na data de hoje toma, é mais uma tentativa, e acreditamos que fadada ao sucesso, para solicitar das autoridades que tratem da cultura do Estado do Governo Richa corrijam a injustiça praticada contra o teatro amador pelo Governo anterior. Eram essas as palavras, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - senhor presidente, senhores deputados.

Estamos encaminhando hoje à mesa, para deliberação do Plenário, um voto de aplauso ao Governo Estadual, através do Governador José Richa e do Secretário de Comunicação, Ênio Malheiros. Todos sabem que não é do feitio do PMDB tal tipo de manifestação. Só que neste caso, abrimos uma exceção por dois motivos: 1) pela questão envolver uma classe à qual estamos identificados, a dos jornalistas profissionais; e 2.º) por ser a primeira vez que o Governo Estadual ataca uma decisão de um sindicato de classe, que diz respeito a salários de seus funcionários.

Hoje, senhor presidente e senhores deputados, logo mais, às cinco horas da tarde, o Secretário de Comunicação, Ênio Malheiros, estará assinando o acordo salarial com o sindicato dos jornalistas profissionais do Estado do Paraná, acatando determinação do Governador José Richa. Com isso, todos os funcionários estaduais pelo regime CLT que exercem funções de jornalistas serão beneficiados com o piso salarial definido em assembléia geral da categoria.

É preciso enaltecer o espírito democrático da decisão do Governador José Richa, que vem assim entender uma reivindicação da classe que se arrasta ao longo dos últimos seis anos. A classe que se arrasta ao longo dos últimos seis anos. A assinatura do acordo possibilitará ao Governo corrigir várias injustiças acumuladas durante os governos anteriores, onde se registrava disparidade salarial muito grande, com alguns profissionais recebendo salários que não lhe garantem nem as mínimas condições de sobrevivência.

A demonstração do Governo Estadual merece assim, por parte de todos aqueles que acreditam no trabalho da imprensa e no seu papel fundamental de consolidação do regime democrático, o total apoio. Assim, esperamos que o nosso voto de aplauso tenha aprovação unânime por parte de todos os parlamentares que integram esta Casa. Será uma homenagem a todos aqueles que estão hoje executando a importante missão de bem informar. Só para conhecimento dos senhores deputados, o único Governo Estadual que já havia aceito um acordo com a classe dos jornalistas profissionais era o Estado de Goiás.

Assinam este requerimento, consignando um voto de aplauso ao Governador e ao Subchefe



da comunicação social este deputado, mais os deputados Roberto Requião, Paulo Cesar Furiatti e Nilso Romeu Sguarezzi.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Presidência registra com satisfação as presenças em Plenários dos senhores vereadores José Bosi de Corbélia e Valdir Cerqueira, de São Miguel do Iguacu.

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Gilberto Carvalho inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO - senhor presidente, senhores deputados (Lê):

"A Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná, fundada em 8 de dezembro de 1949, passou a ter uma atuação mais efetiva em 1975, com uma Assembléia Geral realizada em 23 de agosto de 1975, no plenário do Tribunal do Júri, gentilmente cedido à associação.

Naquela assembléia passamos a ter uma melhor convivência e o serventário a ter melhor acesso junto ao Tribunal de Justiça.

Em 1976, tentei criar uma taxa para a Associação a exemplo dos Magistrados e Procuradores, só conseguindo em 1980, também em 1980, com apoio do ex-Governador Ney Braga e desta Casa, destacando-se o trabalho efetivo do Líder do Governo na época deputado Erondy Silvério, do Deputado Gabriel Sampaio, na comissão de Justiça, foi criado a carteira complementar de Aposentadoria dos Serventuários, "COMPREVI", dando garantia e uma aposentadoria digna de sua função.

Graças ao apoio de todas as leis aprovadas por esta Casa, hoje a Associação tem um estabilidade e pode oferecer apoio aos seus associados, como também realizar congressos aprimorando seus serviços em favor da comunidade.

Por isso congratulo-me com a Associação dos Serventuários da justiça do Estado do Paraná e seu Presidente Joaquim Viana Pereira Filho, pela realização de seu primeiro Congresso Estadual, onde vários temas serão debatidos, contando com a presença já confirmada dos Três Poderes deste Estado e do senhor Ministro da Justiça, cujo congresso terá a abertura, às 20 horas do dia 30 do corrente mês, no edifício Castelo Branco, tendo continuidade nos dias 1º e 2 de outubro, para cuja abertura em nome da Associação dos Serventuários da Justiça eu reitero o convite já encaminhado a todos os senhores deputados. "Encerrando apresenta os agradecimentos à imprensa de nosso Estado pela cobertura que vem dando ao 1º Congresso dos Serventuários da Justiça do Paraná."

Nestes termos, encaminho à mesa o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente,

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja consignado um voto de congratulações pela realização do I Congresso Estadual da Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná, a ser realizado nos dias 30 de setembro à 02 de outubro do corrente, no auditório do Edifício Castelo Branco, em nossa Capital.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à Associação dos Serventuários

da Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1983."

Mas, tenho ainda, senhor presidente, para trazer ao conhecimento da Casa, que a Campanha Nacional de Escolas de Comunidade realizou mais uma convenção para eleição da sua diretoria. (Lê):

"A C.N.E.C. realizou mais uma convenção para eleição da sua diretoria e conselho estadual do Paraná, tendo sido eleito presidente Estadual o Cel. Messias Pontoni e presidente do Conselho o doutor João Cândido Cunha Pereira.

Comemora a Campanha em 1.983, 40 anos de existência.

Ano sobre ano... dia-a-dia, o sonho de ontem se faz realidade hoje renovando-se na experiência do trabalho construtivo. Pedra sobre pedra. Paciente e persistentemente. Aqui, o sorriso que aflora aos lábios, escondendo a lágrima que teima fugir dos olhos; ali, uma solicitação sem resposta esperada e, além, uma esperança a mais que morre no desespero da ansiedade sufocante que mata.

Isto é a CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. Temos que pensar com Byron: somos um pêndulo, que oscila, invariavelmente, entre o prazer de servir e a dor da incompreensão".

Os últimos preparativos para as festividades do 40º aniversário da CNEC iam bem adiantado. O cenário prenunciava-se grandioso, uma grande manifestação de ESCOLAS DO POVO, de dirigentes de todo Brasil, ocorreria em Recife, Capital do Estado de Pernambuco, berço da genial idéia de FELIPE TIAGO GOMES que nos idos de 1943, tivera a feliz e inusitada intuição do que era a Educação no seu tempo (um criminoso privilégio de ricos...) e o que deveria ser (Escola de todos...) e frente a um pugilo de moços desfraldou a bandeira da Educação Democrática.

Entretanto, a emoção que a todos tomava, sem dúvida, mais forte, concentrou-se em seu coração e ele, o Fundador da CNEC veio a sentir-se mal: seu coração, mais que os outros corações de seus amigos médicos - que o aconselharam tranqüilidade e exames acurados. Posteriormente, uma delicada intervenção cirúrgica.

Forte, com o pensamento na sua CNEC, venceu a barreira do mal. Todos nós ressuscitamos, vendo-o novamente no comando.

As festividades foram, como é óbvio, adiadas "sine die".

Queremos, neste passo, consignarmos nossa maior e justificada satisfação e em tendo-o a nossa frente, restabelecido, mesmo que as festividades tenham sido adiadas.

Participando da nossa convenção como presidente dos trabalhos e logo mais às 17:30 horas, no vizinho município de Campo Largo, recebendo o título de Cidadão Honorário pelo muito que fez a C.N.E.C. naquele município.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, não posso compreender a insensibilidade da Secretaria da Educação que sabendo da existência das escolas da C.N.E.C., que não visa lucro, pertence a comunidade só que quer contribuir com o ensino e sua comunidade, não dispensa a Secretaria a menor atenção à escola.

As compras de vagas propostas, com recurso que o MEC já repassou ao Estado, até agora não foi liberado, os recursos dos municípios correspondentes aos 50 por cento do pagamento dos professores municipais à disposição do Estado."

Também não foi liberado e verificando junto ao Ministério da Educação, através da sua Delegacia no Paraná, podemos constatar que o MEC vem pagando religiosamente as contribuições que deveriam ser remetidas ao governo do Estado, quer salário educação para o pagamento e o recurso extra para pagamento dos professores municipais à disposição do Estado, isto é, uma apropriação indébita onde fica a democracia participativa, se uma escola em que todos participam, sem cor partidária, a Secretaria da Educação se omite.



Espero que o governo atente, que já estamos praticamente no último trimestre do ano e os alunos carentes não podem continuar na incerteza da liberação dos recursos que corresponde a sua bolsa de estudo.

Nesse sentido, senhor presidente, também estou encaminhando requerimento, fazendo um apelo através desta Casa e que a senhora secretária de Educação providencie com urgência o pagamento das escolas que fizeram a proposta de compra de vagas e também aos municípios que aguardam para colocar em dia o pagamento dos seus professores.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima senhora Gilda Polli Rocha Loures, digna secretária de Estado da Educação, no sentido de que autorize, com a máxima urgência, a compra de vaga nas escolas, bem como o pagamento dos municípios do percentual devido ou seja 50 por cento relativos aos vencimentos dos professores municipais à disposição do Estado.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ODENI MONGRUEL — Por 10 minutos, o senhor deputado Tuguio Setogutte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao senhor deputado Tuguio Setogutte, por 10 minutos.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Senhor presidente, senhores deputados.

Não é desconhecido e nem é novidade ao povo da região sul e à sua população, que há sobra de energia elétrica em nosso Estado e como eu ainda há pouco afirmava, não apenas no Paraná, mas em toda região Sul do País.

Em São Paulo, ainda recentemente, o governo Estadual desativou as obras das três usinas que estavam em construção pela Cespe, abaixo da Usina de Capivara.

Aqui no Paraná, onde a Copel é a concessionária dos serviços de eletricidade na quase totalidade do Estado, sabe-se que sua capacidade geradora (aqui abro um parêntese: a Copel além de subtransmissão, distribuição e eletrificação rural, tem atuado também, e intensamente, na área de geração, sendo já auto suficiente neste setor). Sua capacidade geradora, como eu dizia, está superdimensionada em relação às suas cargas.

Isso significa que teremos sobra de energia até, no mínimo, 1995, de acordo com as projeções de mercado.

Ainda não utilizamos a energia das turbinas de Itaipu, mas o balanço de potência da Copel já dá conta de expressivas sobras. Para o ano que vem, 1984, a sobra está prevista em 36,88 por cento da carga total. Em 95 esta sobra será de 29,74 por cento da carga total.

Fazemos este preâmbulo, ilustrado da Usina de Salto Segredo.

O orçamento de sua construção estimado em 1 bilhão de dólares, a preços de hoje, já estará custando aos cofres públicos paranaenses, 100 milhões de dólares em empréstimos externo para início das obras.

Isso tudo, enquanto o governador José Richa e o seu partido, o PMDB, condenam o endividamento externo do Estado e do País, numa flagrante contradição, aumentam esse endividamento.

É bom lembrar também, que o governador, seu secretariado e seus partidários, vivem a proclamar contra o que chamam "obras grandiosas". Será que o governo do PMDB não considera obra grandiosa, uma que custará aos já combalidos cofres estaduais, um bilhão de dólares?

A realidade está a conduzir-nos a uma conclusão imediata, a sobra de energia será acentuada demasiadamente com a construção de Salto Segredo, e isso ocorre exatamente numa época de recessão econômica, em que o consumo de energia tende a decrescer, e nenhuma previsão realista leva a outra conclusão.

Há ainda a Usina de Ilha Grande e a partir deste detalhe, lembramos que suas obras ainda não foram iniciadas, fazemos nossa avaliação e até um apelo ao governo peemedebista proteja-se o início das obras de Salto Segredo, e acelere a outra a construção, dê início, porque não dizer assim, da construção da Usina da Ilha Grande.

Inclusive, ainda um ponto-de-vista defendido ainda há poucos dias, pessoalmente, pelo secretário de Transportes, Deni Schwartz.

A construção da Usina de Ilha Grande resolverá inclusive o problema de assoreamento da Usina de Itaipu, da qual nós já tivemos aqui a oportunidade, de dizer quando ocupamos esta tribuna há menos de dois meses, que em menos de 50 anos, praticamente, 50 por cento da capacidade de geração de energia de Itaipu, estará comprometida, pelas condições locais do terreno, bastante arenoso que levaria logicamente a este problema.

Além do problema resolvido do assoreamento restaria o problema dos Ilhéus, naquela ribeirinha, incluindo Umuarama e Altônia, aliás pobres ilhéus que há mais de seis meses vêm tendo a promessa de uma atuação mais eficiente por parte de senhores secretários de Estado, que por tanta vezes, têm até lá se encaminhado e nem uma solução até agora foi dada.

Cada acentuar ainda, que a Usina Hidrelétrica de Ilha Grande abrirá ainda novas perspectivas para a economia paranaense, ao possibilitar a ligação, em melhores condições que as atuais, que é feita inclusive de maneira bastante antiquada com o Estado de Mato Grosso do Sul, esta aliás é das mais antigas aspirações e não mais será realizada pelo Pontal do Tigre, devido ao projeto da construção da Ilha Grande.

Nós queríamos aqui apenas lembrar aos senhores parlamentares e ao povo do Paraná, que o Estado de São Paulo de há muito construiu a sua ponte, ligando ao Mato Grosso do Sul, fazendo com a produção agrícola daquele Estado, no Porto de Santos o seu desembarcadouro. Nós queríamos evidentemente que em se construindo esta Usina, com o prolongamento da Estrada de Ferro e mais proximamente, por via rodoviária o trânsito aberto com Mato Grosso do Sul daria todas as condições para que o Paraná, através do Porto de Paranaguá, fosse favorecido com esta construção. Além disso e aqui ressalto um fato importantíssimo, esta Usina proporcionará o desenvolvimento de um sistema de hidrovias, que trará grandes vantagens a movimentação de safras.

Este programa de hidrovias, inclusive, ainda há poucos dias comentado pelo governo do Estado de São Paulo sobre os próximos três anos, a inauguração da navegação através do Rio Tietê, não restam dúvidas de que oferecerá facilidades de transportes a custos razoáveis, e que tem constituído uma das grandes preocupações do PDS nesta Assembléia.

Este conjunto de ações que acabamos de enumerar, trará mais benefícios à economia estadual, com reflexos positivos junto à população paranaense e evitará que se amplie a capacidade ociosa da geração pela Copel.

Para concluir, e uma das primeiras razões de nossa presença nesta tribuna hoje é que eu quero informar ao senhor presidente e aos senhores deputados, registrar, inclusive, a propósito de Salto Segredo, o recebimento de correspondência de parte da Aprosul, da Associação

de Profissionais da Eletrosul, da qual técnicos informam terem solicitado ao diretor geral do Departamento Nacional de Águas e Energia, a revisão da concessão para a Usina de Segredo, que pretendem seja transferido da nossa Copel para a Eletrosul. Reconhecemos o direito de pleitear por parte dessa associação de classe, todavia consideramos não poder apoiá-la, pois se tal ocorresse, estaria se consumando uma traição às legítimas aspirações dos interesses paranaenses.

É justo, isto sim, pleitearmos o adiamento do início da sua construção para uma oportunidade, que se apresente mais favorável aos assuntos econômicos do Estado e do País.

O que não se pode é abrir mão dessa obra em detrimento da Copel, pois que, se existem dificuldades para a empresa paranaense, sobejam razões para que a empresa federal tenha maiores dificuldades na atual conjuntura do País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à liderança do PDS se fará uso do horário que lhe resta. Com a palavra o senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. DEPUTADO GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, senhores deputados.

Diz o adágio popular: "Semeando bons frutos, teremos boa colheita". Ney Braga e Saul Raiz, num esquema junto com os companheiros do PDS, semearam um fruto bom, ao coordenarem uma importância, que há de vir do Banco Mundial para os prefeitos do Paraná.

Vejam, senhores deputados, veja, senhor presidente, veja imprensa do meu Paraná, começa a ser colhido os frutos que vêm em benefício das pequenas comunas, das prefeituras, onde admiramos e pensamos no tirocínio administrativo de Saul Raiz; na enérgica posição do governo Ney Braga, ao deixar este convênio com o Banco Mundial para que as prefeituras, carentes que são, de pequeno e médio porte, pudessem hoje equacionar problemas necessários aos seus municípios, às suas comunas.

Só que apenas para fazer um paralelo entre os dois governos quando Saul Raiz era secretário dos municípios, da secretaria criada única e exclusivamente para dar amparo financeiro aos municípios, dava-se, destinava-se dinheiro às prefeituras do Paraná, sem cor partidária e sem retorno.

Hoje, senhor presidente, senhores deputados, gente do PDS, vemos as prefeituras necessitando de numerários, mas também, com a única e exclusiva preocupação do retorno de 35 por cento do dinheiro que antes, no nosso tempo, era aplicado em fundo perdido.

Hoje, a preocupação maior dos prefeitos das pequenas comunas, senhor presidente, senhores deputados, são 35 por cento de dinheiro caro que a Prefeitura, ou as prefeituras não de retribuir para pagamento em dólar, o que será um absurdo, uma aberração, que perguntaria eu, se terão as prefeituras, pois hoje estão claudicando; se teriam condições de devolver daqui há três anos este dinheiro com correção monetária, com o dólar a preço que não se sabe, numa fase inflacionária em que anda o Brasil.

— Apenas é um paralelo de governo, senhor presidente, façam um paralelo do ilustre governador José Richa e do ex-governador Ney Braga. Como poderia Ney Braga destinar para as prefeituras dinheiro a fundo perdido? Seria um milagre, pois seria o dinheiro do povo aplicado em benefício do próprio povo. E hoje, vemos 150 milhões de dólares, conseguidos pelo governo Ney

Braga, para que fossem aplicados nas prefeituras paranaenses de pequeno e médio porte.

Como poderia, como pode o governo Ney Braga aplicar este dinheiro sem distinção às prefeituras do PMDB e do PDS, e sem retorno? E hoje, um retorno exorbitante, um retorno em dólar, um retorno idêntico à famigerada 63, onde os empresários que pegaram dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência tem mais cinco minutos para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — ... as empresas, que pegaram dinheiro em dólar, dentro do seu pequeno porte, quase que editaram sua falência. Eu pergunto, se também não será a falência das prefeituras que não dê dar retorno a este dinheiro que viria por nosso intermédio, por intermédio do PDS, sem retorno para aplicar em benefício do povo, para que os prefeitos tivessem condições de fazer as infra-estruturas necessárias.

Hoje, pede-se 35 por cento de compromisso, sr. presidente, srs. deputados. Façamos um paralelo, e os prefeitos que existem ainda da safra passada, que o digam, que na Secretaria dos Municípios, parece-me que hoje extinta; se houver algum retorno, se o Estado, se o governo Ney Braga não destinou exclusivamente para as prefeituras necessitadas.

Expira-se dia 26 de outubro esses convênios maléficos para as prefeituras; convênios em que se procura fazer um empréstimo, onde as prefeituras já em estado de insolvência não vão poder pagar, sr. presidente, as empresas que estão às portas da falência, por causa da famigerada Lei 63. É um alerta para que o governo do ilustre Governador José Richa que não faça isto, que espere.

Ney Braga não é milagreiro; Saul Raiz não foi milagreiro, mas como poderiam destinar dinheiro a Fundo Perdido para as Prefeituras como milhões e milhões de cruzeiros, sem exceção, foram destinados pela Secretaria dos Municípios, e que o diga o meu colega Hermas Brandão — que não está aqui, no momento — quanto foi aplicado em Andirá, por intermédio desse dinâmico ex-prefeito e atual deputado? Dinheiro que não tem retorno; dinheiro que veio a fundo perdido, e é por isto, sr. presidente, srs. deputados, é por isto, imprensa do meu Paraná, que o Paraná tem que saber disto. O dinheiro que Ney Braga aplicou nas prefeituras, o dinheiro que a Secretaria dos Municípios aplicou nas Prefeituras, não teve retorno. E esse dinheiro há de ter retorno, para os famigerados donos dos dólares que vêm aqui agora a enterrar, a procurar enterrar as prefeituras, que não vão ter condições de pagar 35 por cento de retorno. Não é favor nenhum. É preferível que os prefeitos, dentro de sua sensibilidade, vejam o que estão fazendo. Quando se pegava dinheiro, os prefeitos honestos do PDS e do PMDB, sabiam que, não haveriam de deixar ônus para os seus sucessores. E é por isto, srs. deputados, é por isto, sr. presidente, que queríamos a cautela do ilustre Secretário do Planejamento a cautela de sua excelência o governador José Richa, que não deixem os prefeitos entrarem em "fria" porque dinheiro em dólar é um precipício, é um suicídio das pequenas comunas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário restante. (Declina)

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

"Ontem estivemos em Brasília, onde, na oportunidade, em companhia dos prefeitos da região do Norte Pioneiro do Paraná, participamos do movimento pela urgente e necessária Reforma Tributária, única solução para resolver os graves problemas que atravessam os municípios brasileiros, única saída para salvar a total falência da principal célula da formação de nossa Nação. Entretanto, sr. presidente, nobres srs. deputados, não esperávamos, jamais, ser testemunhas de tão deprimente episódio, o qual só poderia acontecer em um País que ainda permanece mergulhado numa profunda ditadura.

Tudo começou quando mais de 2 mil prefeitos e algumas centenas de vereadores, representando todos os partidos políticos e todas as regiões do nosso País, resolveram ir até o Palácio do Planalto para reivindicar a tão necessária e tão urgente Reforma Tributária. Foram recebidos no sagão daquele Palácio. Os prefeitos esperaram mais de uma hora e meia, observados sempre por um rígido esquema de segurança, montado pela presidência da República, sendo inclusive alguns dos Prefeitos fotografados, não pela imprensa ali presente, mas sim pelos temidos agentes de segurança que cuidam do Palácio do Planalto. Depois de muita espera, o locutor oficial do Planalto anunciava que dentro de instantes o Presidente desceria a rampa, pois todas as terças-feiras ele assim o fazia.

Ora, Srs. deputados, o Presidente desceria, porque era seu costume, e não para atender os prefeitos que saíram desde o mais longínquo Estado da Amazônia, até o vizinho Estado de Goiás, para reivindicar justiça aos seus municípios.

Srs. parlamentares, nunca pude imaginar que o povo brasileiro ali representado legitimamente pelos seus prefeitos, fosse tão insultado, tão desrespeitado pelo chefe da Nação, que em seu breve discurso disse que agradecia a presença dos srs. prefeitos na sua Casa de trabalho; e que não deve e que não pode conceder a Reforma Tributária, pelo menos até meados de 1984.

Primeiro, o Palácio do Planalto não é a sua casa, como quis dizer e como tentou referir o sr. Presidente da República, pois ele não possui legitimidade para usar este termo, pois não foi eleito pelo voto direto, pelo voto livre e pelo voto democrático.

Segundo, naquele momento, estava sendo ocupado o Palácio do Planalto pelos seus legítimos donos que é o povo brasileiro, ali representado por mais de dois mil prefeitos, e por algumas centenas de vereadores de todo o Brasil.

O desrespeito manifestado pelo Chefe da Nação, caracteriza bem o descaso com que os ditadores que fizeram a Revolução de 1964, trataram e tratam esse País e a sua gente. Mas felizmente o gigante parece estar despertando; parece que o político brasileiro está entendendo que nós temos que partir para uma nova realidade nacional.

O Congresso Nacional caminha a passos largos para a sua maioridade. Demonstrou isso quando derrotou o 2024 e haverá de demonstrar também derrotando o famigerado 2045.

Os prefeitos brasileiros, inclusive os prefeitos do partido de sr. presidente da República, os prefeitos do PDS, estão engajados na luta pela independência econômica de seus municípios, demonstrando desta forma, que o arbítrio, as ameaças, os insultos e os desrespeitos não geram mais a subserviência. Enfim, encorajam ainda mais a luta dos políticos e do povo brasileiro, pela conquista dos justos direitos daquele que nos elegeu.

Se por um lado lamentamos o episódio ontem ocorrido em Brasília, por outro lado visualizamos a independência efetiva deste País. Não com concessões demagógicas de "mão estendida" do general de plantão, mas sim pela conquista

daqueles que acreditam que somente a liberdade pode contribuir para o Brasil ser verdadeiramente grande".

Concedo o aparte ao sr. deputado Gabriel Manoel. O sr. Gabriel Manoel — Deputado Tadeu Lúcio, vejo em vossa excelência aquela vontade dos jovens em acertar, e quero ficar solidário com vossa excelência, quando trata aqui de uma coisa séria; quando traduz o pensamento de toda a classe política paranaense e brasileira; quando prefeitos nossos se sentem humilhados, vemos então vossa excelência, nesta tribuna, dizendo a verdade.

Queria apenas para não me alongar, me parabenizar com vossa excelência, e neste momento em que a classe política estiver unida num bloco monolítico e dizer basta aos "defins nettos", basta aos "galvêas", talvez o presidente-general abra os olhos.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de vossa excelência e queria, nesta oportunidade, fazer um apelo não só a vossa excelência mas a toda bancada estadual do Partido Democrático Social, para que, na oportunidade em que as emendas de reforma tributária forem votadas no Congresso Nacional, vossas excelências entrem em contato com os deputados federais e senadores de vosso partido, para que eles, mostrem que são independentes; ora que eles mostrem que estão lutando em favor daquilo que é mais importante; daquilo que nós todos vivemos; daquilo que nós todos aprendemos a amar que são os municípios brasileiros.

Por isso faço essa convocação, faço esse apelo não só a vossa excelência, mas para toda a bancada estadual do Partido Democrático Social.

Sr. presidente, srs. deputados, está breve o dia, muito breve, em que os prefeitos deste País haverão de subir mais uma vez a rampa do Palácio do Planalto, e lá haverão de ser recebidos por um representante legítimo, eleito pelo voto direto, livre, sagrado e democrático, do povo brasileiro. Ai sim, haverá respeito, haverá calor humano, porque certamente o homem que os receberá será um profundo apreciador do cheiro do povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é concedido.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105/82, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambé área de terreno conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A fase de discussão foi encerrada.

Concedo a palavra a vossa excelência, para encaminhar a votação.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, é o requerimento do nobre deputado Gilberto Carvalho?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) É segunda discussão do Projeto de Lei n.º 105/82, de autoria do deputado Gilberto Carvalho.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação.

— Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. JOSÉ ALENCAR FURTADO. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48/73, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que autoriza o Poder Executivo a doar veículos às prefeituras municipais, conforme especifica. Com pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/83, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, que autoriza o Poder Executivo a criar uma circunscrição do Serviço de Trânsito — Ciretran, na sede do município de São João do Ivaí, com jurisdição sobre os municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli. Com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/83, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que assegura ao trabalhador desempregado isenção do pagamento de tarifa de serviço público, conforme especifica. Com parecer contrário da C.C.J., por unanimidade. —

#### PROJETO DE LEI N.º 79/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — É concedido aos trabalhadores, enquanto desempregados, isenção do pagamento de tarifa de serviço público, (água, luz, esgoto e transporte urbano), inclusive no que se refere a serviços concedidos ou permitidos.

1 Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, transporte urbano compreende as ligações com os municípios integrantes de regiões metropolitanas.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de trinta (30) dias.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

#### JUSTIFICATIVA:

Sem sombra de dúvida, o desemprego é um fato incontestável. Ao legislador é a quem incumbe, ao lado das autoridades do plano econômico, tomar as providências e se estabelecer as medidas para se remediar a situação dos desempregados do Estado.

As dificuldades vividas pelos desempregados, não podem ser respondidas apenas pelo indivíduo e seus familiares.

A gravidade dessa situação necessita de atuações inequívocas de solidariedade da sociedade como um todo.

Assim, nada mais conveniente que iniciar-se pelo governo e pelas empresas públicas, medidas práticas que atenuem os rigores dessa situação que preocupa a família trabalhadora do País.

Considerando ainda, a inexistência de um Seguro Desemprego no molde de países desenvolvidos e a possibilidade de instituí-lo no Brasil, pois a absorção dessas consequências ocorre por conta exclusiva da instituição familiar, a qual por sua vez, não está em condições de suportar um ônus de tamanha proporção e entendendo que a medida proposta pode determinar certo desafogo à quem está impedido de perceber o mínimo necessário à sua sobrevivência, é que propomos a isenção de determinadas despesas compulsórias, as quais, ao Estado, a quem incumbe a proteção das massas no plano social, nesta situação de crise, cabe absorvê-las.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 79/83

Visa o projeto de lei em epígrafe conceder isenção do pagamento de tarifas da água, luz, esgoto e transporte urbano aos trabalhadores desempregados. A medida é abrangente ao ponto de incluir na isenção proposta o transporte urbano em toda a região metropolitana e, ainda, os denominados serviços concedidos à empresas particulares.

A inconstitucionalidade é manifesta, pois as medidas propostas são de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, e parte delas já foram antecipadamente atendidas pelo Excelentíssimo governador José Richa.

Somos, pois, pela rejeição.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR  
Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

Antes de colocá-lo em votação, a Mesa pretende orientar o Plenário do procedimento de votação.

Conforme o artigo 160, no seu parágrafo único do nosso Regimento Interno, diz o seguinte: A votação será feita de modo inverso, se a proposição tiver recebido dentre os Pareceres das Comissões, pelo menos um contrário à sua aprovação ou quando não houver Parecer.

Está em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor presidente, senhores deputados.

Não há dúvida de que a preocupação do eminente deputado Odeni Mongruel é das mais elogiáveis. E Sua Excelência pondera com muita propriedade a inexistência de legislação que assegure ao trabalhador desempregado a proteção ou em forma de seguro desemprego, ou de outra franquia existente em outras legislações no sentido de que o desempregado tenha assegurado os direitos para a sua subsistência.

No recente movimento dos desempregados aqui no Estado do Paraná o governador do Estado tomou por sua deliberação própria, no sentido de orientar a Copel e a Sanepar para que não cobrasse as taxas relativas a prestação dos serviços àquelas pessoas que provassem através de documento hábil a sua condição de desempregado.

O nobre deputado propõe com esse projeto de lei a isenção dessas taxas de serviços públicos a todas as pessoas desempregadas e além disso Sua Excelência avança no

sentido de que esta isenção atingisse inclusive o transporte urbano.

Nós sabemos que o transporte urbano, aqui no Estado do Paraná, é servido à população através de concessionárias, ou seja, da iniciativa privada.

A C.C.J. — Comissão de Constituição e Justiça — manifestando sobre o projeto o considerou inconstitucional por unanimidade.

Nós, embora louvando a iniciativa e preocupação do nobre deputado, somos compelidos a acompanhar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e votamos pela rejeição deste plano de lei, mesmo porque no nosso entendimento, ele estabelece, ou ele cria, porque a lei cria uma estabilidade, e ele cria praticamente, ele não protege os desempregados, mas eu entendo que ele cria uma grande possibilidade, um grande risco para as próprias empresas estatais se inviabilizarem, porque o número crescente de desempregados, entendo eu, não seja através de medidas como estas que vão minorar os problemas dos desempregados no Brasil.

Parece-me que o desaquecimento da nossa economia é que está aumentando o número de desemprego. E digo bem que, embora a medida louvável do nobre deputado, a sua preocupação com este problema, mas não serão medidas paliativas como estas que vão resolver o problema do desemprego.

Entendo que a medida já tomada pelo governo do Estado no sentido de não cobrar, enquanto estiverem desempregados aqueles que necessitam de água e luz, é uma medida emergencial e isto não pode se constituir em instabilidade através de plano de lei. Por isso, firmamos a nossa posição contrária ao projeto, ressaltando, no entanto, os altos propósitos com que ele foi concebido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação. Os senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. **Rejeitado.**

1a. DISCUSSÃO — do projeto de lei n.82/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 62/83), que objetiva cancelar débitos para com a Fazenda Estadual, existentes até 31/12/82, decorrentes de responsabilidade funcional e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 82/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Ficam cancelados os débitos para com a Fazenda Pública Estadual, de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) existentes até 31 de dezembro de 1982, decorrentes de responsabilidade funcional inscritos em Dívida Ativa, em razão de decisão condenatória do Tribunal de Contas do Estado, arquivando-se os respectivos processos.

Parágrafo Único. Os autos de execução de que trata esse artigo serão arquivados mediante despacho do Juiz ou do Relator, no caso do Tribunal, ciente o representante da Fazenda Pública.

Art. 2º — Para os efeitos desta lei, entende-se como valor originário da dívida o que corresponde ao total do débito, excluídas as parcelas relativas à correção monetária, juros, custas judiciais e honorários advocatícios.

Art. 3º — Os benefícios desta lei não atingem os débitos decorrentes de fraude ou ilícitos penais.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 82/83

#### PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental 62/83, o projeto de lei em exame objetiva cancelar os débitos para com a Fazenda Pública Estadual, de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) existente até 31 de dezembro de 1982, decorrente de responsabilidade funcional, inscritos em Dívida Ativa, em razão de decisão condenatória do Tribunal de Contas do Estado, arquivando-se os respectivos processos.

Ficam também excluídas, pelo projeto, as parcelas relativas à correção monetária, juros, custas judiciais e honorários advocatícios.

Os débitos de fraudes ou ilícitos penais não são contemplados pelo presente plano de lei. A proposição visa cancelar os débitos de pequeno valor e na grande maioria de processos referentes a funcionários aposentados ou mesmo falecidos.

A medida é desburocratizante e de alto alcance social.

O governo federal vem adotando tal procedimento na administração federal através do Decreto-Lei n. 1.687, de 18 de junho de 1979.

Nestas condições, tratando-se de matéria de iniciativa do Poder Executivo, nada há no âmbito desta Comissão que se possa antepor ao projeto, sendo assim, o nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente;

CAÍTO QUINTANA — Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 82/83

#### PARECER

O plano de lei que ora analisamos, é originário da Mensagem Governamental 62/83, tem por finalidade cancelar débitos para com a Fazenda Estadual, de valor igual ou inferior a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), existentes até 31 de dezembro de 1982, inscritos em Dívida Ativa, em razão de decisão condenatória do Tribunal de Contas do Estado.

Sobre a legalidade e a constitucionalidade da matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito da matéria, a qual é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, deparamos que o próprio texto da Lei estabelece os critérios a serem seguidos para sua execução, razão pela qual desnecessário se faz aprofundar a análise da matéria.

Com isso, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

GABRIEL MANOEL — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 94/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 69/83), que subscorre aumento de Capital da MINEROPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado, situado à Avenida Konrad Adenauer, no bairro do Tarumã, desta Capital, com características que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N. 94/83

DIRCEU MANFRINATO — Relator.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo, autorizado a subscrever um aumento de capital da Minerais do Paraná S.A. — Mineropar, mediante a integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do ESTADO DO PARANÁ, situado à avenida Konrad Adenauer, Tarumã, nesta Capital, com as seguintes características: terreno de forma retangular, sem benfeitorias, constituído pelo lote "0-3", subdivisão do lote "0", parte do bloco B, da planta Santo Antônio do Tarumã, com 40,00m de frente para a avenida Konrad Adenauer, por 100,00m de fundos, com área de 4.000,00 m<sup>2</sup>, adquirido conforme transcrição n. 12.326, L-3H, de 07.06.57, no Cartório do Registro de Imóveis, 2a. Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º — O imóvel objeto da presente lei, destina-se a construção, pela Mineropar, de um depósito e demais dependências.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N. 94/83

A mensagem subscrita pelo Excelentíssimo senhor governador José Richa propõe que se conceda ao Poder Executivo poderes para subscrever aumento de capital da Minerais do Paraná S.A. — Mineropar, "mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado, situado à avenida Konrad Adenauer, no bairro do Tarumã, desta Capital".

A própria mensagem, no artigo segundo, do Projeto de lei, dispõe que o imóvel será especificamente utilizado para sobre o mesmo ser construído um depósito e demais dependências que servirão à Mineropar.

Considerando que o plano de lei dá destinação específica ao imóvel após incorporado ao patrimônio da Mineropar, entendemos desnecessária a avaliação do mesmo.

Assim, somos pela aprovação do projeto de lei eis que estão atendidos os requisitos legais.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR —

Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI Nº 94/83

PARECER

O presente projeto de lei, originário da Mensagem n. 69/83, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital da Minerais do Paraná S.A. — Mineropar, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado, situado à avenida Konrad Adenauer, nesta Capital.

Analisando o seu aspecto constitucional, a douta Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente.

Analisando-se o aspecto financeiro, a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa impedir a sua tramitação por esta Casa visto que, o imóvel em pauta, deverá ser utilizado pela Mineropar na construção de um depósito e demais dependências para o bom desenvolvimento daquela empresa.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 100/83, de autoria do deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que denomina "GOVERNADOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA", o edifício sede da Companhia de Energia Elétrica — Copel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 100/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O edifício sede da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA — COPEL, passa a denominar-se GOVERNADOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## JUSTIFICATIVA:

A nossa intenção, ao propor a homenagem ao ex-governador Parigot de Souza, é a de manifestar nosso reconhecimento ao grande homem público, que dentre suas realizações mais marcantes, ressalta sua profícua administração junto à COPEL, empresa à qual emprestou sua efetiva contribuição desde os primórdios da sua existência.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 100/83

Propõe o ilustre deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA que se denomine de "GOVERNADOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA", o edifício sede da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel.

A proposta atende os requisitos legais e nada impede que seja apreciada pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Votamos pela aprovação da mesma que, ainda, fará justa homenagem ao ilustre homem público professor e governador Pedro Viriato Parigot de Souza, de saudosa memória.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Jorge de Castro, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor Oswaldo Pereira de Macedo, ocorrido no dia 26 de setembro do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor Gilson Carlos Ferreira Martins, ocorrido no dia 26 de setembro do corrente ano.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de

pesar pelo falecimento da senhora Amélia Pellizzetti, mãe do senhor suplente de deputado Antônio Pellizzetti.

**Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Ignácio Romitti, esposa Gertudes Casanova Romitti e da filha Jélia Maria Romitti, no Município de Turvo.

**Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Heitor Fiuza, ocorrido no dia 27 de setembro do corrente ano, no Município de Guarapuava. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Jorge de Castro, ocorrido no dia 27 de setembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Expediente de autoria do senhor deputado Tadeu França, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, com apoio dos senhores líderes do PMDB e PDS, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão ordinária desta Casa de Leis, no dia 13 de outubro do corrente ano. Em discussão.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) — Para discutir senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, encarecendo informações referentes ao Colégio São Vicente Pallotti, para que este utilize as instalações da Escola Estadual Professor Júlio Teodorico, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo informações às denúncias de que 50 carteiras falsas de motoristas foram apreendidas nesta semana, no Estado de São Paulo. Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário do Interior, visando a aquisição de telhas de barro e chapas de fibrocimento, bem como outros materiais, para o Município de Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário do Interior, visando recursos financeiros para a recuperação de estradas, pontes e bueiros no Município de

Araruna. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Profissional dos Contabilistas e Delegacia Regional de Contabilidade, com conseqüente encaminhamento aos Srs. Presidente e Delegado, ambas no Município de Campo Mourão, pela promoção do Conselho Regional de Contabilidade, de encontro com objetivo de discutir o cumprimento das tabelas de honorários. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, visando a inclusão da Secretaria das Casas de Estudantes do Paraná no Orçamento da referida Casa, de verba para pagamento das despesas de todas as casas de estudantes do Paraná, com água e luz em 1984, conforme previsões da SANEPAR e COPEL. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Acadêmico Prof. Nelson Saldanha d'Oliveira, pela publicação da 2ª edição, ampliada de sua obra "Cidade de Curitiba". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, com apoio do Sr. Deputado Tugio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações referentes a disponibilidade orçamentária de recursos destinados a Comunicação Social dos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, com apoio de demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando inserção nos Anais da Casa, de um voto de aplauso aos Srs. Governador do Estado e Sub-Chefe de Comunicação Social, pela assinatura do acordo salarial com o sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná, pela realização do I Congresso Estadual a realizar-se nos dias 30 de setembro a 02 de outubro do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a "compra de vagas" das escolas, bem como o pagamento aos municípios do percentual devido, ou seja, cinquenta por cento relativo aos vencimentos dos professores municipais à disposição do Estado. — Em discussão.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, adia-se na forma regimental.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que Vossa Excelência, fizesse a gentileza de



me inscrever, para explicações pessoais, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em explicações pessoais, está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Neste momento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, eu agradeço a Vossa Excelência e queria apenas fazer um reparo, no painel, quando quem adentra à Assembléia, na conotação e na explicação das Comissões e ali nós vemos, Comissão de Corrupção, nós não sabemos se houve corrupção, apenas para um pequeno reparo, para que esta Assembléia amanhã ou depois, se não provar nada, não fique numa situação delicada, é apenas um apelo a Vossa Excelência, mandar trocar os termos desta Comissão ou ponha para a verificação de prováveis ou de provável corrupção. Era só isso, Sr. Presidente, para resguardar o bom nome e a imparcialidade deste Poder, eu queria apelar a Vossa Excelência sobre isto, se possível for, que a nossa Comissão não seja chamada de Comissão da Corrupção, porque não foi ainda, não podemos, diz um adágio certo, Sr. Presidente, "não se pode condenar sem julgar".

Então é só isso, Sr. Presidente, eu agradeço a Vossa Excelência pela atenção e fico grato se Vossa Excelência fizer este pequeno reparo, mandar anexar "das prováveis corrupções nos Governos anteriores".

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa mandará proceder a correção requerida por Vossa Excelência.

Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença em Plenário do ex-Deputado Fidelcino Tolentino, Prefeito da cidade de Cascavel.

Antes de encerrar, esta Presidência convoca as Lideranças Partidárias desta Casa e mais os demais membros da Comissão Executiva, para uma reunião na sala da Presidência para tratar de assuntos de interesse desse Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nº 105/82 e 30, 48 e 67/83.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 82, 94 e 100/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 105, 106 e 115/83. Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para logo após

o término da sessão ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 53, 57, 67, 69 e 73/83.

Levanta-se a sessão.

**Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Fiori Luiz, em sessão do dia 28 de setembro de 1983.**

Estamos encaminhando hoje à Mesa, para deliberação do Plenário, um voto de aplauso ao Governo Estadual, através do Governador José Richa e do Secretário de Comunicação, Ênio Malheiros. Todos sabem que não é do feitio do PMDB tal tipo de manifestação. Só que neste caso, abrimos uma exceção, por dois motivos: 1) pela questão envolver uma classe à qual estamos identificados, a dos jornalistas profissionais; e 2) por ser a primeira vez que o Governo Estadual acata uma decisão de um sindicato de classe, no que diz respeito a salários de seus funcionários.

Hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, logo mais, às cinco horas da tarde, o Secretário de Comunicação, Ênio Malheiros, estará assinando o acordo salarial com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, acatando determinação do Governador José Richa. Com isso, todos os funcionários estaduais pelo regime CLT que exercem funções de jornalista serão beneficiados com o piso salarial definido em assembléia geral da categoria.

É preciso enaltecer o espírito democrático da decisão do Governador José Richa, que vem assim atender uma reivindicação da classe que se arrasta ao longo dos últimos seis anos. A assinatura do acordo possibilitará ao Governo corrigir várias injustiças acumuladas durante os governos anteriores, onde se registrava disparidade salarial muito grande, com alguns profissionais recebendo salários que não lhes garantem nem as mínimas condições de sobrevivência.

A demonstração do Governo Estadual merece assim, por parte de todos aqueles que acreditam no trabalho da imprensa e no seu papel fundamental de consolidação do regime democrático, o total apoio. Assim, esperamos que o nosso voto de aplauso tenha aprovação unânime por parte de todos os Parlamentares que integram esta Casa. Será uma homenagem a todos aqueles que estão hoje executando a importante missão de bem informar. Só para conhecimento dos Senhores Deputados, o único Governo Estadual que já havia aceito um acordo com a classe dos jornalistas profissionais, era o do Estado de Goiás.

Muito obrigado.